

CESGRANRIO, vol 10, nº 36, (julho/setembro), Rio de Janeiro: A. Fundação, 2002.

RESENDE, Carlos A. **Didática em perspectiva**. Brasília: Tropical Gráfica e Editora, 1999.

SANTANA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. São Paulo: Vozes, 1996.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 6 ed, São Paulo: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea).

VASCONCELOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças**. São Paulo: Libertad, 1998. (Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad; v 6).

FIRME, Thereza Penna; LETICHEVSKY, Ana Carolina. **O desenvolvimento da capacidade de avaliação no século XXI: enfrentando o desafio através da meta – avaliação.** In: *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, FUNDAÇÃO CESGRANRIO, vol 10, nº 36, (julho/setembro), Rio de Janeiro: A. Fundação, 2002.

GENTILE, Paola. **Repetência: a grande culpada.** In: Nova Escola, São Paulo, ano XVIII, nº 166, out. 2003.

GROSSI, Esther Pillar. **Avaliação, terrível prática escolar- abolimos ou recriamos?** In: GEEMPA, nº1, 1993.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 18 ed, Rio de Janeiro: Mediação, 1989.

_____. **Avaliação: mito & desafio uma perspectiva construtivista.** 31 ed, Rio de Janeiro: Mediação, 1990.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1999.

LUDKE, Menga; MEDIANO, Zélia. **Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica.** São Paulo: Papirus, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas.** Porto Alegre: Armed. 2000.

_____. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Trad Cláudia Schilling e Fátima Murad, Porto Alegre: Artme, 2002.

PIFFER, Osvaldo. **Geografia no ensino médio.** Manual do professor. São Paulo: IBEP, 2000. (Coleção Horizontes).

PINTO, Éder Paschoal. **Avaliação do ensino: mito ou realidade?** In: *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, FUNDAÇÃO

Obras de Referência

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL, Enciclopaedia Britânica do Brasil, São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Livros

ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**. Fascículo 11, Petrópolis: Vozes, 2002.

ARAÚJO, João Batista; Clifton Chadwick. **Aprender e ensinar**. São Paulo: Global, 2001.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20/12/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. 3 ed, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; CASCINO, Pasquale; SAVIANI, Demerval. **Educador: novo milênio, novo perfil?** São Paulo: Paulus, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

sabe ou de suas notas finais, e que ela se dá durante todo o processo pedagógico, desde o conhecimento das hipóteses iniciais do aluno, da nossa expectativa de aprendizagem até o fechamento das etapas do trabalho: portanto, um processo. Um processo de interação, compreensão e acima de tudo um procedimento que tenha como finalidade a descoberta de estratégias metacognitivas, de forma que o aluno tenha consciência dos próprios processos cognitivos, facilitando assim o êxito do processo de aprendizagem, que por sua vez lhe facilitará a autonomia intelectual.

No que concerne ao educador, acredita-se que a ele cabe observar com transparência o desenvolvimento do educando. A partir dessa observação o educador poderá demonstrar se, de fato, é de seu interesse que o educando efetive a aprendizagem.

Assim, torna-se imprescindível que os professores se conscientizem do seu real papel de educadores de modo a interagir com os educandos, partilhando com eles a análise de suas produções e das situações que possam levar a aprendizagem, orientando-os no sentido de reconhecerem seus avanços e dificuldades. Neste contexto, o educador deverá ter em mente que muitos deverão ser os recursos didáticos utilizados no processo da aprendizagem, bem como na avaliação, de modo que todo o universo da diversidade da sala de aula seja contemplado, pois se acredita que os alunos cujos professores os avaliam de forma consistente e freqüente obtêm melhores resultados.

Quando se pensa no processo de avaliação é impossível deixar de refletir sobre o erro. O erro torna as pessoas vulneráveis e é uma questão desconfortante, que cria culpas e pecados. Para compensar a culpa normalmente há uma complacência em relação a ele, ao mesmo tempo em que há uma preocupação em não cometê-lo. O erro opõe-se ao acerto, que é considerado verdadeiro e bom. O aluno que erra está convivendo com uma hipótese de trabalho não-adequada. Nem por isso deixa de estar num momento evolutivo do processo de aquisição do conhecimento.

No que concerne ao educador, acredita-se que a ele cabe diagnosticar o erro e por meio dele, observar com transparência o desenvolvimento do seu aluno. A partir dessa observação, pensa-se que ele pode criar os conflitos para desestabilizar as certezas e as hipóteses que o aluno tem sobre determinado assunto e assim permitir seu desenvolvimento cognitivo.

Assim, torna-se imprescindível interagir com os alunos, compartilhando com eles a análise de suas produções transformando eventuais erros em situações de aprendizagem, orientando-os para reconhecerem seus avanços e dificuldades. Errar faz parte da aprendizagem e é um excelente material de análise, pois expressa uma hipótese de construção do conhecimento e revela como o aluno está pensando. É pela interação com o professor e com os demais colegas que o educando buscará meios de superar hipóteses, atingindo outros patamares de conhecimentos.

Por outro lado, percebe-se que a avaliação exerce forte influência sobre o que os professores ensinam, sobre o que os alunos estudam e, conseqüentemente, sobre o que aprendem. Nota-se também que os alunos cujos professores os avaliam de forma consistente e a avaliação está em toda parte, que significa várias coisas, que vai muito além daquilo que o aluno sabe ou não

CONCLUSÃO

os conteúdos significativos, os procedimentos, métodos, técnicas recurso audiovisuais, distribuição do tempo?

Procura-se através desta desafiar educadores para novas tentativas de avaliações.

sistemática de avaliação a que são submetidos como alunos. Tem sido observado que o tema em questão tem sido abordado pela disciplina Didática, isoladamente das demais categorias do trabalho pedagógico e tratado superficial e rapidamente, porque costuma ser o último item do programa, ao qual nem sempre se dedica o tempo previsto. Ao lado desses aspectos indesejáveis, sabe-se que, em muitos casos, tem sido usadas bibliografia e metodologia de trabalho atualizada e comprometida com o entendimento de que a avaliação tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A teoria e a prática da avaliação constituem componentes importantes não apenas da disciplina Didática, mas de todas as que compõem o projeto pedagógico dos cursos que formam profissionais da educação. Rever essa teoria e essa prática, a partir do paradigma interacionista e construtivista significa o compromisso de rever o processo de ensinar e de aprender, bem como as relações de poder e o papel e função dos sujeitos envolvidos na educação escolar.

Enfim, avaliar:

- Dependem de um esquema de valores, crenças;
- Do modelo que se tem de erro e acerto, de êxito e fracasso;

É algo ligado ao poder que um segmento (no caso, o professor) exerce sobre outro (no caso, o aluno) e é por isso que se muda tão pouco na hora de avaliar. É a arma que o professor muitas vezes tem de controlar a turma em termos de disciplina e de desmotivação para estudar.

No entanto um professor que dá uma aula significativa, prazerosa e é uma autoridade no que faz, sem ser autoritário e diretivo pode manejar as avaliações com algo necessário ao acompanhamento de todo o processo de ensinar e de aprender. Pode fazer avaliação processual e contínua, aliada a momentos individuais, sem perder o controle e o diagnóstico de como anda o processo dentro da sala de aula.

Como o começo de toda viagem é o fim como diz Rubem Alves, será que se definindo bem o fim (onde se quer chegar, para quê) o meio, os instrumentos, a viagem não serão melhores definidos e planejados; ou seja, quando se sabe onde se quer chegar (a finalidade do ensinar, do aprender, do curso, da disciplina que ensinamos) não se define com maior clareza o objetivo,

informações, capacidades, habilidades, atitudes, etc., no caso de avaliação do desempenho do aluno) e que componentes serão considerados, no caso de avaliação do trabalho pedagógico?

- Quem tomará decisões quanto à avaliação – o professor, o diretor ou o coordenador, em conjunto ou separadamente? Qual será a participação dos alunos? Em que momentos?
- Critérios_ que evidências de aprendizagem serão consideradas? Como essas evidências farão parte do trabalho no dia-a-dia? As evidências de aprendizagem estão intimamente ligadas aos objetivos curriculares.
- Procedimentos e modalidades de avaliação;
- Uso dos resultados obtidos.

O planejamento da avaliação por todo o grupo de profissionais que atua na escola pode contribuir para a eliminação da função classificatória e dos problemas éticos nela envolvidos.

Sugere-se que o professor examine periodicamente o “portfólio” do aluno e registre seus comentários em folhas que nele permaneçam, para acompanhamento por ambos.

O “portfólio” ou pasta avaliativa aplica-se à avaliação do progresso de cada aluno, do trabalho pedagógico de cada turma e disciplina, incluindo-se nesta última a atuação do professor, e do trabalho da escola como um todo.

A auto-avaliação pelo aluno é um procedimento valioso, desde que seja um componente do trabalho pedagógico desenvolvido em parceria. Para que ele possa avaliar com naturalidade e tranqüilidade seu desempenho e perceber o sentido da auto-avaliação, é imprescindível que se sinta co-responsável pelo trabalho executado e saiba claramente como as suas percepções serão combinadas às do professor. Não sendo assim, esse procedimento pode ser imposto apenas pelo modismo.

Tão importante quanto o planejamento da avaliação, inserido na proposta pedagógica da escola básica é o que deve acontecer nos cursos que formam profissionais da educação. Nesse caso, duas necessidades são complementares: o planejamento do que os futuros profissionais deverão aprender sobre avaliação, isto é, o que eles praticarão quando forem atuar, e a

seleção dos alunos, nossa velha conhecida poderá estar sendo adiada. A tarefa de superação das dificuldades encontradas no processo avaliativo cabe a própria escola; aos órgãos governamentais incumbe apoiá-la e cobrar os resultados do seu trabalho.

A atual LDB 9394/96, em seu artigo 12, encarrega os estabelecimentos de ensino de elaborarem e executarem sua proposta pedagógica e em seu artigo 13 afirma que os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração dessa proposta. Estes dois artigos concedem aos profissionais da educação autonomia para organizarem o trabalho escolar, a qual não pode se desvincular dos princípios basilares do ensino, enunciados no artigo 3º da mesma lei.

Nessa organização se impõe o planejamento da avaliação como parte integrante da proposta pedagógica, até agora restrito à elaboração de provas e testes. Esse planejamento requer: 1) trabalho integrado de toda a equipe escolar, pois o processo avaliativo se dá em todos os ambientes escolares e não apenas em sala de aula, como mostram resultados de pesquisas; 2) fundamentação teórica; e 3) comprometimento com a aprendizagem de todos os alunos. O processo de planejamento do trabalho pedagógico escolar apresenta condição indispensável para que a escola contribua para reverter a transmissão de compreensão fragmentada, mecânica e arbitrária da realidade. Nesse contexto, não cabe a avaliação classificatória, seletiva, autoritária e punitiva, mas ganha força total a função diagnóstica destinada a apoiar a aprendizagem.

O planejamento da avaliação requer se examinem e se tomem decisões quanto aos seguintes aspectos:

- Significado_ o que se entende por avaliação? Como ela se articula com o trabalho pedagógico?
- Finalidades_ para que se avalia?
- Alvo_ quem e o que será avaliado? O aluno individualmente? Grupos de alunos que trabalham coletivamente? O trabalho pedagógico da escola como um todo, de uma turma, disciplina, série? A atuação do professor e dos demais profissionais da educação?
- Conteúdo_ o que fará parte da avaliação, isto é, o que é considerado fundamental que o aluno domine (em termos de

aspectos positivos na interação seletiva, pesquisas têm mostrado que ela pode ser um dos mecanismos de seleção dos alunos no sistema de ensino.

O último aspecto considerado inibidor da ética na avaliação é a sua possível interferência na trajetória escolar e até de vida do aluno. Uma avaliação descomprometida com a aprendizagem de cada aluno pode gerar conseqüências drásticas: contribuir para a formação de auto-imagem negativa, principalmente por parte de crianças que iniciam o processo de escolarização, provoca reprovação e repetência, acarretando mais anos de estudos do que o previsto; levar à busca por escola, turno ou curso de segunda categoria; obrigar o aluno a se evadir. Tudo isso representa fracasso na vida de uma pessoa e tem preço muito alto.

O governo estadual está empenhado no Programa Toda Criança na Escola. Só isso não é suficiente. É necessário que se lute para que Toda Criança Aprenda na Escola. Uma sociedade que se proclama democrática precisa oferecer trabalho pedagógico que garanta a aprendizagem de todos os alunos. Avaliação e aprendizagem andam de mãos dadas. A principal função da primeira é apoiar a segunda. Várias providências têm sido tomadas com relação à aprendizagem e à avaliação. A introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – é uma das providências ligadas à aprendizagem. Outras se acrescentam, como a política do livro didático e da informática na educação. Como exemplos de providências relacionadas à avaliação citam-se: o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – em nível nacional, eliminação da reprovação e introdução da promoção automática, em alguns estados, elaboração de lei que dispõe sobre a classificação de alunos mediante promoção.

Dois problemas podem ser observados: 1) a desarticulação das ações, uma vez que não está sendo considerado o trabalho pedagógico como um todo; 2) a centralização das mesmas, perdendo-se a grande oportunidade de se conceder autonomia e responsabilidade às instituições escolares. Cada vez mais se criam normas a serem cumpridas por elas, em lugar de se lhes oferecerem condições para o seu próprio desenvolvimento. De nada adianta criarem-se ciclos que substituam as séries convencionais e decretar-se o fim da repetência, se as escolas não receberem todos os meios para elas próprias reorganizarem o trabalho pedagógico requerido pela sociedade. A avaliação somativa que hoje se faz ao final de cada série continuará acontecendo ao final de cada ciclo. A

planejados. Além disso, admitindo-se que o trabalho pedagógico é desenvolvido por ambos, nada mais natural que se avalie, também, a atuação do professor e o desenvolvimento desse trabalho. Isso significa contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, assim como para a construção de uma sociedade democrática.

Enfatizando essa problemática, Pinto volta em McGregor e comenta que a participação ativa do analisando no processo:

Difere profundamente da convencional, pela mudança de ênfase de 'avaliação para análise'(...) Os subordinados não são mais avaliados (...) para que seus pontos fracos possam ser determinados: ao contrário, eles se auto-avaliam para definir não apenas seus pontos fracos, mas seus pontos fortes e potencialidades. Não se deve subestimar a importância desta mudança de ênfase⁵.

Dois outros aspectos relacionados à ética na avaliação escolar têm sido denunciados por pesquisas: a interação seletiva e a conseqüente marginalização de alunos no desenvolvimento do trabalho pedagógico. A interação seletiva é entendida por Perrenoud como a:

propensão do professor, no seio de um grupo, para estabelecer preferencialmente o diálogo com certos alunos, provavelmente os que são mais gratificantes, porque participam espontaneamente e também porque a sua participação faz progredir o grupo no seu conjunto⁶.

Contudo, os alunos interpelados são os que apresentam "características do bom professor, que se exprimem claramente sem acumular erros, que não diminuem demasiado o ritmo da progressão etc⁷". Como conseqüência, os alunos que menos necessitam da interação são aqueles que mais se beneficiam dela, "reforçados por uma imagem positiva de si próprios e preparados convenientemente para as avaliações que o jogo de perguntas e respostas a uma avaliação intuitiva fazem prever"⁸. Embora Perrenoud encontre

⁵ Op. Cit. Éder Paschoal PINTO, p168.

⁶ Phillippe PERRENOUD; Monica Gather THURLER, *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*, Trad Cláudia Schilling e Fátima Murad, Porto Alegre: Artme, 2002, p48.

⁷ Ibid, p79.

⁸ Ibid, p80.

2. Da expectativa_ estabelecer a probabilidade subjetiva de que um dado esforço conduzirá a um específico nível de performance. Isto pode acontecer através de a esperança ser estabelecida em possibilidade, direito ou promessa por meio de filtro contaminado;
3. Da projeção_ distorcer a realidade atribuindo a outros as próprias falhas;
4. Da afinidade_ superavaliar um indivíduo que é simpático e/ou extrovertido e subestimar um indivíduo que não é simpático, sem levar em conta o desempenho;
5. Da diferença de estilo_ avaliar negativamente o outro como decorrência de incompatibilidade de estilo;
6. Da similaridade de estilo_ julgar favoravelmente a pessoa com a qual se identifica por pensamentos e ações semelhantes;
7. Do “efeito de halo”_ formar imagem com base no desempenho mais recente ou em uma das qualidades, em vez de um julgamento de um período mais amplo e dos diversos fatores que definem o desempenho;
8. Da imagem organizacional_ analisar o desempenho pela imagem que a pessoa possui na organização.

O julgamento individual, portanto, pode apresentar dissonâncias cognitivas, afetivas, motoras e psicossociais e produzir um espelho inconsistente da realidade. Por que, então, manter esse procedimento? Por que não fazer análises coletivas e pontuais?

A avaliação informal dá flexibilidade de julgamento ao professor. Avaliar o aluno “como um todo” tem sido vista como uma necessidade que pode ser considerada uma faca de dois gumes, pois empregada inadequadamente, pode beneficiar ou prejudicar o aluno. O arredondamento de notas, sem critérios explícitos, não pode ser um exemplo?

Outro aspecto que depõe contra o rigor ético na avaliação diz respeito a se avaliar apenas o aluno, que é avaliado somente pelo professor. Se a avaliação existe para apoiar a aprendizagem e esta é alcançada pelo próprio aluno, nada mais natural que ele, juntamente com o professor, avalie seu progresso e participe da tomada de decisão quanto aos novos rumos a serem

não são componentes da organização das atividades. Como exigir do aluno que ele esteja presente participe e se interesse por algo que não lhe pertence e que não atraia sua atenção? Existe relação entre a avaliação e os conteúdos/forma de trabalho.

Pinto professor da Universidade Regional de Blumenau, em seu artigo alerta para o fato de que a avaliação tem que ser processual e contínua questiona: “o que adianta saber que determinado método de ensino não promoveu aprendizagem de conteúdo semanas depois, ou quando o módulo está encerrado? Adianta lamentar o leite derramado? Verifique-o durante a fervura⁴”.

A avaliação realizada apenas no término da disciplina não confere possibilidades de ajustes, se o professor não lecionar mais para aquela turma. E, mesmo que volte a trabalhar com aqueles discentes, as mudanças terão de ser repensadas, pois conteúdos diversos implicam em didáticas diversas. Desenvolvimentos diversos implicam conteúdos diversos. Emotividades diversas implicam estratégias e/ou estilos diversos.

Tem sido observada a realização de trabalho escolar repetitivo e mecânico, sem a necessária discussão e análise por parte de todos os profissionais da educação que atuam na escola. Se isso ocorre entre eles, a participação dos alunos nesse processo é vista como quase impossível. Nesse tipo de organização, a avaliação reflete um trabalho em que se reforçam: 1) a divisão entre trabalho manual e intelectual; 2) a fragmentação/desqualificação do trabalho; 3) o controle hierárquico. Vivenciando esse processo, os alunos aprendem ser natural que cada professor determine, a seu modo, toda a sistemática de trabalho, inclusive a avaliação.

Pinto percebe que os métodos convencionais de avaliação e coleta de dados pouco contribuem, podendo gerar um viés e volta em Bergamini, que diagnosticou que os principais problemas associados à análise sigilosa decorrem:

1. Da situação anterior_ influência do estado de espírito do respondente no momento da análise;

⁴ Éder Paschoal PINTO, *Avaliação do ensino: mito ou realidade?* In: *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, FUNDAÇÃO CESGRANRIO, vol 10, nº 36, (julho/setembro), Rio de Janeiro: A. Fundação, 2002, p361.

Ressalta-se também que o conselho de classe pode ser uma instância que reforça a classificação, se restringir sua ação à análise da situação de alunos considerados “problemas” ou em vias “de reprovação”, de modo que a decisão do professor tenha o respaldo de um colegiado. Este seria um entendimento limitado do papel do conselho de classe no contexto do trabalho pedagógico da escola como um todo e da sala de aula.

Toda esta análise aponta para uma avaliação cuja finalidade é aprovar ou reprovar.

A avaliação não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico: ela o inicia, permeia todo o processo e o conclui. Uma das dificuldades encontradas é o entendimento muito comum de que avaliar significa aplicar provas e atribuir notas.

A avaliação realiza-se segundo objetivos escolares implícitos ou explícitos que, por sua vez, refletem valores e normas sociais. As práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social. Os objetivos e as práticas avaliativas correspondentes norteiam a organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O ensino coletivo, isto é, não-diferenciado, em que todos aprendem os mesmos conteúdos, da mesma forma e ao mesmo tempo, muito comum nas escolas brasileiras, até mesmo por imposição da arquitetura escolar, representa o que o nosso regime social requer: aprendizagem para aqueles que conseguem se manter no sistema de ensino. Mesmo para estes, essa sistemática de trabalho não favorece a formação de cidadãos independentes, críticos e participativos, pelo fato de o professor prescrever tudo e o aluno cumprir ordens. Nesse contexto, a avaliação também é feita de maneira prescritiva, padronizada e autoritária, com o objetivo de “selecionar” quem aprendeu e quem não aprendeu.

Nesse ritual pedagógico em que o aluno não é considerado co-responsável pela organização, desenvolvimento e avaliação do trabalho, os critérios de avaliação são definidos pelo professor de cada disciplina, de forma fragmentada e descontextualizada, não chegando, na maioria das vezes, sequer a serem comunicados aos alunos. Critérios como frequência, participação, comportamento e interesse, geralmente adotados, relacionam-se mais à avaliação da pessoa do aluno do que ao seu desempenho escolar. Além disso,

aquele que tem nota para “passar”. Não se avalia o que cada um aprendeu e o que ainda não aprendeu com vistas ao replanejamento do trabalho pedagógico que garanta a aprendizagem dos conteúdos considerados fundamentais. Os resultados da avaliação, via de regra apresentados em forma de notas ou menções, e as decisões quanto à aprovação e reprovação têm sido o foco de atenção do trabalho pedagógico. Essa percepção é repassada pela escola aos pais, que aprenderam a confiar no sistema de notas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ reforça esse entendimento da recuperação, ao estabelecer, em seu artigo 12, inciso V, que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”. Está certa a lei ao considerar ser a escola responsável por “prover meios” para a recuperação, usando, intencionalmente, o plural e articulando a avaliação aos procedimentos que assegurem a aquisição da aprendizagem. Isso significa não ser aceitável que o aluno tenha apenas a oportunidade de se submeter a uma segunda prova. Contudo, limitou-se a recuperação àqueles de “menor rendimento”. O uso desta expressão parece indicar ser natural a existência de dois grupos distintos de alunos: os de “maior rendimento”, os privilegiados, ou incluídos, e o dos de “menor rendimento”, isto é, excluídos, marginalizados.

É necessário que a Instituição de Ensino, desde o Infantil ao superior elimine esse tipo de discriminação, por meio da construção de um trabalho pedagógico cujas práticas avaliativas apóiem a aprendizagem de todos os alunos, sem distinção, e em todos os momentos. Nesse contexto, não cabe a recuperação de estudos episódica, discriminatória e classificatória. Aliás, assim como a lei não especifica as modalidades de aprendizagem, não deveria haver a necessidade de normatizar estudos de recuperação, por constituírem-se atividades do dia-a-dia escolar. A recuperação de estudos é parte integrante do trabalho escolar em que se aprendam os conteúdos necessários ao desenvolvimento das atividades subseqüentes. Isso é um direito de todos os alunos.

³ BRASIL. Lei nº 9394, de 20/12/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A avaliação tem sido praticada para aprovar ou reprovar o aluno. Várias evidências do trabalho acadêmico comprovam esse fato. Quer seja por meio dos resultados dos alunos que são classificados em séries e turmas. Estas últimas costumam receber os rótulos como os de “adiantados”, “regulares”, “especiais” ou turmas dos “repentes”, de “reintegração” etc. Além disso, é comum rotularem-se os alunos de fortes, médios, fracos, inteligentes, bagunceiros, burros, bonzinhos e preguiçosos. Até a organização física da sala de aula e a maneira de se destinarem assentos aos alunos (pelo professor ou por eles próprios) geralmente levam em conta os resultados da avaliação. A atribuição de notas, menções e pontos completam a finalidade classificatória da avaliação com vistas à aprovação ou reprovação.

Esther Grossi argumenta que:

O clímax da tentativa de acabar com as instituições da avaliação é a promoção automática, séries contínuas e blocos em séries sem repetência. Essa solução surgiu para além de injustiças sentidas por uns poucos que se reprovavam com o sistema de avaliação vigente em classes média e alta. A idéia de não reprovar formalmente brotou do horror das reprovações em massa do alunado oriundo de famílias das classes populares. Pior do que isso é a debandada da escola. Este aluno não se reprova e permanece na escola. Ele se evade, falando-se eufemisticamente, porque, com efeito, da escola, ele é expulso. O grande equívoco é que ele não é expulso porque se reprova. Ele não gruda na escola porque nela não aprende².

A grande ênfase na utilização de provas e testes como procedimentos avaliativos também demonstra o interesse pela aprovação ou reprovação. Um trabalho pedagógico, comprometido com a construção da aprendizagem por todos os alunos faz uso de procedimentos didáticos e práticas avaliativas que considerem os vários estilos de aprendizagem e as diferentes linguagens.

Observa-se que a recuperação de estudos tem servido a fins classificatórios, pelo fato de se resumir à aplicação de uma segunda prova, igual para todos, como se as dificuldades fossem as mesmas, e de serem beneficiários dela apenas os alunos que não obtiveram a nota “média”, aquela que garante a aprovação. Percebe-se, então, que a escola se contenta com o aluno “médio”,

² Esther Pillar GROSSI, *Avaliação, terrível prática escolar- abolimos ou recriamos?* In: GEEMPA, nº1, 1993, p55.

A meta avaliação, que é a avaliação da avaliação. Seu propósito é o de assegurar, portanto, a qualidade da avaliação que, por sua vez, tem na sua essência julgar o mérito e a relevância de seu foco de atenção, através de um processo de indagação sistemática – o mérito no que se refere às qualidades intrínsecas do objeto e a relevância no que se refere ao impacto e à repercussão do objeto-foco em questão. A avaliação é principalmente o julgamento do mérito e da relevância de uma instituição ou de um curso, programa ou sistema, a meta-avaliação é a avaliação do mérito e da relevância dessa avaliação.

Avaliar, portanto, pode ser um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso; pode conduzir a resultados significativos ou a respostas sem sentido; pode defender ou ameaçar. Ou se avança na passagem do século ou tropeça. Concretamente, os avanços teóricos mais recentes da avaliação evidenciam a necessidade de uma substancial mudança na direção de um novo paradigma, no qual somos avaliados e avaliadores. Nesse sentido a avaliação deixa de ser evento para ser processo, troca o medo pela coragem, as notas pelas anotações, a imposição pela negociação, a atitude secreta pela transparência, o ser arbitrário pelo ser criterioso e o ser classificatório pelo ser promocional.

Nesse novo enfoque reside uma ênfase crucial no uso dos resultados, o que é coerente com o entendimento de que a avaliação deve ser articulada substancialmente para a transformação e o aperfeiçoamento de seu objeto. Aqui é preciso destacar a importância de se identificar quem são os interessados, direta ou indiretamente, no objeto em questão e, por conseguinte, afetados pelos resultados da avaliação.

Em outras palavras, eles vêm a ser os usuários em potencial e de tal forma envolvidos que são chamados, na literatura da avaliação e na prática pertinente de acionistas da avaliação ou stakeholders. Por isso mesmo, para qualquer avaliação devem ser detectados múltiplos stakeholders, desde aqueles que tomam decisões até aqueles que meramente buscam informações sobre o objeto. Todos esses, de um modo geral, são os interessados. Quanto maior e mais significativo for esse envolvimento, maior e melhor será o uso dos resultados. O valor de uma avaliação é refletido na utilização de seus resultados.

Muito se tem escrito sobre os problemas da avaliação nas Instituições de Ensino superior brasileira. Um número razoável de pesquisas, realizadas dentro destas, aponta a necessidade de se repensarem as práticas avaliativas, com vistas a se integrarem ao trabalho pedagógico que assegure a aprendizagem de todos os alunos. À luz de uma visão dialética, onde se possa aprender a preparar o aluno para a autonomia e independência.

Para a realização desse preparo surgem perguntas como: O “que fazer” e o “como fazer” são questões a serem resolvidas por quem desenvolve esse trabalho. É analisada uma das possibilidades de se superar a avaliação classificatória, seletiva, autoritária e punitiva: por meio do planejamento da avaliação como parte integrante da proposta pedagógica da escola como um todo e da sala de aula, por parte de todo o grupo de profissionais da educação que atua na escola. A mensagem apresentada é a de que mudanças na avaliação capazes de provocar impacto positivo no trabalho pedagógico só ocorrerão por meio do envolvimento dos que dele participam.

Pena coordenadora do centro de avaliação da Fundação Cesgranrio e Letichevsky assessora técnica de Estatística da Fundação Cesgranrio, afirmam que:

A capacitação de profissionais para o exercício da avaliação e a expansão do conhecimento e da prática na área, para atingir, democraticamente, todos os envolvidos e interessados no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da qualidade do foco da avaliação, é o desafio por excelência nessa entrada no século XXI. Acima de tudo, porém, é a qualidade da avaliação que vai garantir em última análise o sucesso da avaliação da qualidade¹.

¹ Thereza Penna FIRME, Ana Carolina LETICHEVSKY, *O desenvolvimento da capacidade de avaliação no século XXI: enfrentando o desafio através da meta – avaliação*. In: *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, FUNDAÇÃO CESGRANRIO, vol 10, nº 36, (julho/setembro), Rio de Janeiro: A. Fundação, 2002, p20.

III
Capítulo

META AVALIAÇÃO

→ Emitir parecer didático-pedagógico sobre o processo ensino e aprendizagem em atendimento à solicitação da Direção e da Coordenação Pedagógica;

→ Possibilitar a troca de experiências entre os participantes;

→ Analisar e propor soluções sobre a vida escolar do aluno.

O conselho de classe é constituído pelo Gestor da Universidade Escolar, como seu presidente pelo Secretário Geral, Coordenador Pedagógico, Coordenador de Turno, por todos os professores da respectiva classe e um representante dos alunos.

Só poderá haver mudança de decisão do Conselho de Classe após julgamento do recurso.

O conselho de classe reunir-se-á, ordinariamente, em cada bimestre, em data prevista no Calendário Escolar, e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante o exigir. O conselho de classe reunir-se-á com a presença de um mínimo de 75% (setenta e cinco) por cento de seus membros.

Há que se ressaltar a importância da participação efetiva da família nesta fase do processo avaliativo, de forma a valorizar os progressos do aluno para que este persevere em seus objetivos, evitando assim, sua frustração, repetência e evasão.

Formas de Registro

- Atas de Conselho de Classe a serem lidas, analisadas e discutidas nas regiões subseqüentes;
- Fichas de acompanhamento individual dos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem;
- Observação rigorosa dos prazos de entrega de resultados na Secretaria da Unidade Escolar e apresentação dos mesmos à família em tempo hábil.

Competências do Conselho

O Conselho de Classe é um colegiado de natureza deliberativa e consultiva, em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe da Unidade Escolar, tendo por objetivo acompanhar o processo ensino-aprendizagem quanto a seus diversos aspectos.

Compete ao Conselho de Classe:

- Estudar e interpretar os resultados de avaliação obtidos no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, proposto no Currículo Pleno;
- Acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem dos alunos;]
- Analisar os resultados de aprendizagem correlacionando o conteúdo ministrado com a metodologia adotada, sugerindo procedimentos para a melhoria do ensino;
- Analisar as informações sobre conteúdos curriculares desenvolvidos, procedimentos metodológicos e procedimentos de avaliação da aprendizagem adotados;
- Propor medidas para melhoria do rendimento escolar, relacionamento professor aluno e integração do aluno na classe, inclusive sugerir mudança aos alunos;

Análise dos Resultados

Para realizar qualquer trabalho educativo que tenha como finalidade à avaliação, é necessário ao professor, como requisito primeiro e essencial a participação efetiva dos alunos, gestores e pais.

O conhecimento crítico da realidade em que desenvolve seu trabalho e dos valores que aí se encontram é que norteiam e se estabelece como ponto de partida para a organização do trabalho do professor na escola. Para tanto, deve-se criar na escola um ambiente de discussões coletivas, utilizando estratégias diversificadas de ação, proporcionando aos diferentes segmentos da escola e da comunidade escolar oportunidades de expor sua opinião.

Importa ressaltar que as opiniões devem ser analisadas, respeitadas e utilizadas em conclusões ou tomadas de decisões, de forma a reiniciar o processo avaliativo, o que certamente culminará em melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem.

Estratégias de Recuperação

Após a verificação das necessidades e dificuldades dos alunos, estes, o professor, juntamente com os pais e gestores discutirão alternativas de atividades que estimulem o educando a pensar, analisar e investigar, de forma a resgatar sua auto-estima, sem a qual nenhuma transformação será alcançada.

- Aulas em horários diferenciados;
- Estudos dirigidos;
- Leituras e análises de textos;
- Jogos: caça-palavras, quebra-cabeça, boliche, palavras cruzadas, bingo e outros;
- Conversas informais;
- Pesquisas na Internet;
- Utilização de programas como: Word, Power Point, Excel, Paint e outros;
- Pesquisas em jornais e revistas;
- Outros.

Ao professor caberá a responsabilidade de estabelecer critérios de avaliação que atenda à diversidade de sua turma em consonância com os objetivos preestabelecidos no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

A avaliação, em especial, a “prova”, poderá ser efetivada de várias formas:

- Observação sistemática através das listas de controle, diário de classe e outros;
- Análise das produções dos alunos, considerado a variedade e as diferenças;
 - Leitura compartilhada;
 - Debate coletivo a partir de um tema ou texto;
 - Visita a locais;
 - Aulas de campo;
 - Elaboração de mural;
 - Leitura com orientação prévia;
 - Provas com e sem consulta;
 - Trabalhos em equipe;
 - Análise de textos individualmente ou em grupos;
 - Produção de textos;
 - Estabelecimento do contrato didático;
 - Elaboração de perguntas a serem respondidas pelo grupo com o auxílio do professor;
- Análise de filmes;
- Entrevistas;
- Pesquisas em jornais, revistas e outros materiais informativos;
- Pesquisas na Internet;
- Outros.

Ao tomar conhecimento das dificuldades apresentadas pelos alunos, o professor deverá tornar viáveis mecanismos didaticamente produtivos para facilitar o entendimento dos educandos num contexto de coletividade, partindo do pressuposto que é necessário rever os acertos e erros dos alunos, enquanto avaliados, para que isso possa dar continuidade ao processo avaliativo, que deve ser norteado por análises e reflexões realizadas constantemente.

O professor comprometido com a educação e o futuro de seus alunos, é um pesquisador incansável, percebendo assim, o aluno em todas as suas dimensões: histórica, social, econômica, psicológica, para continuar na sua luta pelo sucesso na formação de um cidadão crítico, reflexivo, investigador.

Instrumentos e Procedimentos de Avaliação

Um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontra, na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar atitudes, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor atinjam os objetivos propostos. Esse uso da avaliação, numa perspectiva democrática, só poderá acontecer se for superado o caráter de terminalidade e de medição de conteúdos aprendidos, a fim de que os resultados da avaliação possam ser concebidos como indicadores para a reorientação da prática educacional e nunca um meio de estigmatizar os alunos.

A avaliação deverá ser compreendida como elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino, como elemento da reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa e o mais importante, um instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades.

Desta feita, ao discorrer sobre os instrumentos e os procedimentos da avaliação é necessária a importância de uma diversidade de instrumentos e situações para possibilitar, por um lado, avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares em jogo e, por outro lado, observar o sucesso da aprendizagem em contextos diferentes.

atitude em relação à educação, e sobretudo uma ação política⁶.

Ao professor cabe buscar construir relações de confiança para que o educando possa aperceber-se e viver, antes de mais nada, como um ser em formação, e para que esta manifestação de característica cultural que partilha com o grupo de origem possa ser trabalhado como parte de suas circunstâncias de vida, de forma que não seja impedido do desenvolvimento de suas potencialidades.

É importante abrir espaço para que o educando possa manifestar-se e seus conhecimentos deverão ser respeitados. Nesse sentido, o educando, ao mesmo tempo em que aprende com o restante da classe, levando em conta que a sociedade se apresenta de forma complexa, mas como um constante objeto de estudo e aprendizagem, onde todos têm a aprender.

Neste contexto, o professor deve realizar auto-avaliação constantemente, refletindo sobre como está sendo processada a avaliação de forma a promover modificações necessárias ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

Um ponto importante, ao tratar os resultados da avaliação, é o que se refere ao bem comum. Este poderá ser trabalhado de maneira a satisfazer um todo, respeitando seus erros e acertos. Essa abordagem poderá colaborar para o educando compreender mecanismos de intervenção social, a partir de iniciativas pessoais ou coletivas, onde deverão ser analisadas todas as dimensões da aprendizagem, ou seja, a escrita, linguagem dentre outros, no sentido de buscar instrumentos diferenciados a serem aplicados no decorrer do processo.

Nesse sentido, pode-se oferecer ao educando uma aproximação do porque do erro, levando-o a desenvolver a consciência de que a situação é passível de transformação e, dessa forma, juntamente com o professor propor metas para o período subsequente.

O professor, nessa perspectiva, irá buscar mecanismos de convencimento do porque dos resultados obtidos e é a compreensão dos resultados que realmente são relevantes.

⁶ Ibid, p155.

Este instrumento proposto tem algumas características como: partir sempre de um texto que apresente um contexto, tornando a análise mais profunda e abrangente; estabelecer relação não mais com o leitor e a pergunta, mas com o leitor e o contexto, via texto; memorizar passa a ser um meio, não mais um fim em si mesmo, considerar um espaço amplo para que os alunos possam criar e escrever seus pensamentos; apresentar enunciados elaborados, na forma de problemas que se caracterizam por serem, mais interrogativos, mais complexos, mais amplos e exigirem respostas mais elaboradas, com maior composição e combinação; apresentar sempre fatos, idéias, fenômenos e concepções em textos contextualizados, favorecendo o pensamento, a argumentação e a discussão.

Segundo Araújo, "a avaliação deve ser formadora e não aquela que elimina, anula o aluno, que o reprova⁵".

Para que a avaliação seja de fato formadora, é necessário estabelecer certos critérios para que esta seja utilizada com maior eficiência.

Numa visão formadora, a avaliação deve partir do pressuposto do que realmente foi ensinado em sala, a partir de diretrizes de seu próprio ensino, de forma que os aspectos cognitivos e os formativos sejam enfatizados, na tentativa de se convencer do porque dos resultados. E a compreensão dos resultados é que realmente importa.

É importante utilizar as uniformizações obtidas numa avaliação, para que tenha efeitos gerais para todos os alunos da classe. A avaliação deve servir para informar alunos, pais e professores sobre os progressos realizados e êxitos alcançados, e não simplesmente para evidenciar os erros e as dificuldades do educando. Nesta perspectiva a avaliação deve ser encarada numa visão crítica, onde todos deverão ser auto-avaliados, como um ponto de partida para reflexão, mudanças de atitudes, e não um fim em si mesmo. Araújo afirma ainda que

O professor que realiza uma avaliação formadora sabe da importância de seu papel e busca seu constante aperfeiçoamento (...) não medindo esforço para alcançar seus objetivos (...) Compreende que realizar uma avaliação formadora é antes de tudo uma questão de mudança de

⁵ João Batista ARAÚJO; Clifton CHADWICK, *Aprender e ensinar*, São Paulo: Global, 2001, p153.

casos, faz-se necessário um programa avaliativo com características distintas e possibilidades de compreender todas as implicações e dimensões das atividades, dos fatos ou da coisa avaliada, e assim poder redimensioná-la. Com isso, pode-se dizer que se entende a avaliação como um processo sistemático de análise de um determinado dado, permitindo compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações com vistas e estimular todo o seu aperfeiçoamento, caracterizando, assim, uma avaliação formativa.

Os professores diante das condições sóciopolíticas com as quais lidam no dia-a-dia no espaço escolar não têm condições legítimas para o exercício efetivo de uma avaliação formativa. Mas, que pelo menos seja formada uma consciência sobre essas limitações e lhes sirva de estímulo e condições técnicas para construir espaços de reivindicações e mobilizações na tentativa da implementação da mesma.

Tem que se perceber que tem diferença entre medir e avaliar. Os atos de medir são geralmente caracterizados pelos exames, que são pontais e preciosos, pois medem o desempenho dos alunos naquele momento, gerando com isso uma classificação em aprovados ou reprovados caracterizando-se como excludente, uma análise qualitativa desses resultados, um julgamento nem uma tomada de decisão, enfim, não há uma preocupação com a construção do conhecimento. Já a avaliação é processual dinâmica, inclusiva e construtiva, apresenta uma intencionalidade e se caracteriza por ser informativa para os seus jeitos envolvidos, professores e alunos, para que ambos tomem consciência da real e possam investir na regulação e no redimensionamento do processo ensino-aprendizagem.

Considerando a realidade na qual está inserida Santana apresenta como proposta:

A prova operatória, um instrumento que proporciona ao aluno viver intensamente construção e reconstrução de conceitos ao longo do caminho da aprendizagem e, ao professor, poder dever de verificar se os alunos estão de posse dos conteúdos básicos, se sabem pensar, argumentar e se contrapor, ou seja, se sabem operar tais conteúdos a partir de leitura, compreensão e interpretação de questões⁴.

⁴ Ilza Martins SANTANA, Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos, São Paulo: Vozes, 1996, p36.

Avaliar é uma tarefa que exige certa objetividade e clareza dos sujeitos nela envolvidos. Porém, apesar das dificuldades na sua realização, não se trata de algo inatingível, que se apresenta intransponíveis, e sim de algo que necessita ser encarado com todas as suas peculiaridades como, por exemplo, seu caráter processual. No entanto, ao nos deparar com um momento avaliativo, segundo Saviani “faz-se necessário pensar sobre questões como: para que vou avaliar? O que vou avaliar? Como vou avaliar²?”.

Ao refletir sobre essas questões, está se aproximando do objeto avaliado, no sentido de deixar mais claros objetivos e critérios usados na avaliação. Tais critérios, por sua vez, serão usados nas análises a serem realizadas e no julgamento a ser feito dando subsídio para a tomada de decisão e o redimensionamento, se necessário, da proposta didática vivenciada.

Saviani enfoca que:

Em nossas escolas, não existiu avaliação, nossos professores não avaliam, pois ao explicarem provas e testes e aferirem resultados, não estão avaliando, por isso não existe uma cultura de avaliação, ou seja, não existe avaliação³.

Questões como essas deixam professores um tanto sem rumo, é como lhes tirar o chão dos seus pés, afinal trata-se do único referencial que têm sobre como avaliar seus alunos. Essa é uma visão distorcida, dos professores, do conceito de avaliação, que, para a grande maioria, é confundida com o ato de examinar, representado por uma prática de aplicação de testes e provas.

Avaliar é uma ação rotineira e espontânea, realizada por qualquer atividade humana; é, assim, um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro. Faz parte de instrumentos de sobrevivência de qualquer indivíduo, resultando de uma necessidade natural, instintiva de sobreviver, evitando riscos e buscando prazer e realizações.

Esse procedimento se faz insuficiente quando se avalia a aprendizagem dos alunos de um determinado curso ou programa. Para estes

² Demerval SAVIANI, *A nova lei da educação: Trajetória, limites e perspectivas*, 6 ed, São Paulo: Autores Associados, 2000, p37. (Coleção educação contemporânea).

³ *Ibid*, p40.

origens através do sistema educacional, que precisam ser identificados e por fim, buscar solucioná-los.

As pessoas estão sempre fazendo avaliação de si próprias e de outras pessoas. O professor constantemente avalia seus alunos na sala de aula. As avaliações das pessoas e dos fatos podem ajudar ou prejudicar futuras aprendizagens.

A avaliação exerce forte influência sobre o que os professores ensinam, sobre o que os alunos estudam e, conseqüentemente, sobre o que aprendem. Os alunos cujos professores os avaliam de forma consistente e freqüentemente obtêm melhores resultados.

É a ação do aluno, principalmente e uma atividade avaliativa, que conduz a prática pedagógica, orientando e avaliando o processo de ensino-aprendizagem. A avaliação atualmente tornou-se um dos grandes desafios da educação, já que é através dela que se apura a validade e a eficiência das teorias, dos recursos e das práticas pedagógicas.

Se os resultados esperados na avaliação não forem satisfatórios, há que se rever o planejamento, o processo produtivo e o desempenho de todas as pessoas nela envolvidas, pois avaliar um aluno significa avaliar também o ensino oferecido e, se não houver aprendizagem, significa que o ensino não cumpriu sua função: a de fazer aprender.

A dúvida e o erro estão sendo vistas sob a perspectiva de hipótese, e a avaliação antes instrumento classificatório, passou a ser um bom recurso de aprendizagem desde que se reflita sobre a qualidade dos recursos utilizados. Tão importante quanto o ato de avaliar são as decisões pedagógicas decorrentes do resultado da avaliação. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Essas decisões não devem se restringir somente a reorganização da prática educativa; devem-se referir também a uma série de medidas didáticas complementares, como o acompanhamento individualizado feito pelo professor fora da classe, o grupo de apoio, as lições extras e outras medidas que cada escola deve criar. A lei recomenda que a escola promova todos os meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, a qual deve ocorrer concomitantemente ao processo educativo¹.

¹ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. 3 ed, 2001, p31.

É importante que se considere em primeiro lugar, que nem todas as pessoas têm os mesmos interesses e habilidades, nem aprendem da mesma maneira, o que exige uma tenção especial por parte da equipe escolar, para que todos possam se integrar no processo de aprender.

A partir do reconhecimento das diferenças existente entre os alunos, fruto do processo de socialização e do desenvolvimento individual, a escola irá potencializar a capacidade dos alunos, ajustando sua maneira de selecionar e tratar os conteúdos, de modo a auxiliá-los a desenvolver dentro de suas potencialidades uma maneira coerente com sua aprendizagem, isto trará ao aluno, no momento da avaliação, confiança no seu potencial e com isto seus objetivos serão alcançados.

Por outro lado, a avaliação é uma ação que ocorre durante todo o processo ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos. As expectativas de aprendizagem que se tem para os alunos devem estar claramente expressas nos critérios de avaliação propostos e inclui a observação dos avanços e da qualidade da aprendizagem alcançada ao final de cada período de trabalho, seja este determinado pelo fim de um bimestre ou do ano letivo.

Neste contexto, a auto-avaliação se constitui como uma situação de aprendizagem em que o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos de avaliação.

Portanto, acredita-se ser necessário atribuir qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos e da instituição como um todo, além de tomar decisões que direcionem o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando.

É importante ressaltar que a não realização da aprendizagem esperada, muitas vezes não é problema do aluno. Em muitas situações têm suas

II
Capítulo

FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO

caracterize não pelo número de avaliações ocorridas no dia-a-dia, e sim pela capacidade de produzir conhecimento.

rebeldes em seres humanos mais felizes e preocupados em aprender realmente⁶.

Nota-se também que, na maioria das vezes a avaliação não passa de um processo onde a preocupação é a de cumprir as normas da unidade escolar e do currículo, com datas preestabelecidas e com clima de “terror”. Mais uma vez reporta-se às reflexões de Hoffmann:

(...) Referindo-me à postura de vida que se revelam na prática dos professores, nada é mais forte que o significado conferido à avaliação na escola versus o sentido da avaliação em nossa vida (...). Na escola ela ocorre em um tempo programado (...) com gosto de dever cumprido, julgamento necessário (...). No entanto, se falamos em avaliação dos nossos atos diários (...) isso significa refletir para mudar (...). Tentamos várias vezes descobrir melhores soluções para um determinado problema (...)⁷.

Pensa-se, portanto, que temida ou elogiada a avaliação, sem dúvida constitui uma etapa necessária ao processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, acredita-se que não há como pensar a avaliação sem que esta esteja vinculada a um pensar sobre a educação, bem como sobre um projeto de formação do homem e da sociedade que se quer formar, oferecendo oportunidades diferenciadas assim estará oferecendo possibilidades diversas de erros e acertos. Com eles o aluno também aprende principalmente se permitir que reelabore seu modo de pensar, apoiando-se nas informações oferecidas pelo professor. Assim, a avaliação, ao não se restringir aos sucessos e fracassos do aluno, passará a ter a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.

Nessa perspectiva, a avaliação deverá subsidiar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo um grupo. Para o aluno deverá ser o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seus investimentos na tarefa de aprender. Para a escola, deverá possibilitar definições de prioridades no sentido de localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio, de forma que se

⁶ Paola GENTILE, *Repetência: a grande culpada*. Nova Escola, São Paulo, ano XVIII, nº 166, out. 2003, p56.

⁷ Op. Cit. Jussara HOFFMANN, p185.

Avaliar não é medir. Avaliar envolve o levantamento de informações sobre a aprendizagem dos alunos que devem ser analisados considerando os critérios e os objetivos do plano de ensino e, inclui também o processo de tomada de decisões. A avaliação envolve, portanto a medida, ou a prova, mas não se reduz ela. Nesse sentido analisar como vou avaliar não implica definir apenas que provas, testes vou realizar, mas sobretudo estabelecer como vou permitir que os dados levantados permitam o auto-conhecimento do aluno e o diagnóstico do ensino oferecido⁴.

Acredita-se necessário, portanto que se possa verificar o conhecimento construído pelo aluno e assim, buscar novas possibilidades de avaliação, de forma que ao serem aplicadas, o aluno seja capaz de superar seus erros. Acredita-se também que, o medo de errar que se expressa na ansiedade seja um dos pressupostos básicos da problemática da avaliação. Essa ansiedade pode impedir que os alunos com medo do fracasso, possam vir a ocupar toda a sua memória ativa reduzindo, dessa forma, sua eficácia e conseqüentemente poderá ser levado ao fracasso. A tal se refere Jussara Hoffmann:

É preciso ultrapassar a sistemática tradicional de buscar os absolutamente certos e errados em relação às respostas do aluno e atribuir significado ao que se observa em sua tarefa valorizando idéias dando importância a suas dificuldades, sugerindo-lhe o seu próprio prestar atenção⁵.

Se cada educador refletisse sobre sua profissão objetivando as necessidades básicas do educando, não como cidadão do futuro, mas como ser pensante que sabe o que quer e só precisa que lhe “facilitem” a aprendizagem de maneira clara, contínua, prazerosa e objetiva, fazendo ligações entre conteúdos e práticas de vivência social, analisando os erros dos alunos de forma reflexiva, de modo que estes sirvam à aprendizagem, certamente todas estas questões seriam simplificadas.

A esse respeito discorre Gentile:

Considerando os erros cometidos pelo aluno como pistas para guiar sua prática, para torná-la menos genérica e eficaz, a escola seria realmente o lugar onde se aprende com alegria transformando educandos apáticos e

⁴ Menga LUDKE; Zélia MEDIANO, *Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica*, São Paulo: Papirus, 1997, p32.

⁵ Jussara HOFFMANN, *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*, 18 ed, Rio de Janeiro: Mediação, 1989, p84.

Observa-se, no entanto, que a realidade que se expressa na escola não está em consonância com essa concepção. Percebe-se que há um distanciamento muito grande entre a teoria e a prática, e este é um fator preocupante, haja vista o pouco interesse em se saber quem é o aluno, o que ele sabe, seus gostos, hábitos e preferências. Ao contrário, parece-se que a avaliação é de fato muito limitada, e em geral é utilizada como forma de retaliação em detrimento da busca de se perceber o nível de aprendizagem do aluno. Ao contrário, o que realmente interessa são as menções ao final de cada mês ou bimestre, o que trará louros para uns poucos e derrota para outros tantos. A esse respeito discorre Perrenoud:

A avaliação é tradicionalmente associada na escola à criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos (...) No decorrer do ano letivo os trabalhos, as provas de rotina, as provas orais, anotação de trabalhos pessoais e de dossiês criam pequenas hierarquias de excelência².

Diante desses fatos, acredita-se que a prática da avaliação deve se processar de forma contínua para que possa estar ligada principalmente, ao desenvolvimento do grupo e de cada aluno em particular. Dessa forma deve ser encarada na medida em que possa mensurar os avanços do aluno em relação a ele próprio, ao grupo que está inserido e ao próprio trabalho docente. Pensa-se que é fundamental, nesta perspectiva, que se tenha um outro olhar para a avaliação, pois assim se terá um outro olhar, para o aluno que está sendo avaliado e para os próprios avaliadores.

Desta feita, tendo em vista o trabalho na educação entende-se que considerar a avaliação como um instrumento de medição de conhecimento é um grande equívoco que deve ser superado, conquanto afirma Santanna³ "(...) nem tudo pode ser medido, mas que tudo pode ser avaliado". Ludke reitera a idéia ao afirmar que:

² Philippe PERRENOUD, *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas*, Porto Alegre: Armed, 2000, p76.

³ Iza Martins SANTANA, *Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos*, São Paulo: Vozes, 1996, p98.

alunos a forma de entender a autoridade e a manutenção da disciplina e a emulação dos alunos nas escolas e nas aulas.

No que parece ser sua primeira manifestação histórica, se se configura como um instrumento de seleção extra-escolar, e não é casual que até hoje seja essa uma de suas funções dominantes. Cita-se a remota prática chinesa no século II (a.C) para selecionar funcionários evitando as influências dos grupos de pressão da burocracia como a origem das práticas seletivas de avaliação oral. É na universidade medieval o âmbito onde se cristaliza primeiramente como prática educativa (a disputatio: exposição de um aluno com seus professores).

A competitividade que a pedagogia jesuítica impôs situa a demonstração constante do que se aprende, agora por meios escritos como uma das espinhas dorsais do sistema didático que terá uma forte influência nos métodos pedagógicos modernos. A universalização do sistema educativo adota a avaliação como uma prática desenvolvida para estimular e controlar o estudante, principalmente quando se perde a relação pessoal continuada do professor com cada um de seus alunos.

No pensamento e nas práticas de avaliação que ocorrem dentro do sistema educativo se misturam as diferentes missões e concepções de que foi objeto, de acordo com a evolução das instituições educativas. Hoje temos a avaliação desde uma perspectiva compreensiva, cujos objetos são muito variados, com as mais diversas metodologias ou técnicas de realizá-la e a serviço de um conhecimento melhor da realidade e do progresso dos alunos em particular. Mas na prática nas aulas a avaliação evidencia sua servidão a serviço de outras políticas e de outras idéias: seleção, hierarquização, controle de conduta etc.

De acordo com Araújo e Chadwik, avaliação é:

Um método para adquirir e processar evidências necessárias para melhorar a aprendizagem do aluno, que inclui muitas evidências além de uma prova de fim de ano e um sistema de controle de qualidade que permite determinar se cada etapa do processo ensino-aprendizagem é eficaz, e se, não for, que mudanças devem ser tomadas para assegurar sua eficácia antes que seja tarde, além de ser um instrumento de prática educativa que permite estabelecer a eficácia das várias intervenções do professor¹.

¹ João Batista ARAÚJO; Clifton CHADWICK, *Aprender e ensinar*, São Paulo: Global, 2001, p55.

O conceito de avaliação tem uma amplitude variável de significados possíveis. Impõe-se ou não na prática segundo as necessidades às quais a avaliação serve em função das diferentes formas de concebê-la. Dizer o que é avaliar não é algo simples de definir, porque não só o aluno é avaliado, se faz necessário avaliar também o comportamento dos professores, a qualidade dos materiais didáticos, o bom funcionamento das escolas etc. Frente à possibilidade de submeter à avaliação aspectos ou elementos tão diversos que intervêm no processo educativo ou que são efeitos da educação convém destacar uma precaução: tudo, no âmbito educativo pode ser potencialmente avaliado de alguma forma, o que não significa que tenha de sê-lo à força, em muitos casos, não será fácil fazê-lo à força, nem está ao alcance das possibilidades do professor.

Na linguagem cotidiana avaliar significa estimular, calcular, taxar, valorizar, apreciar ou apontar o valor, atribuir o valor a alguma coisa. Na prática o significado de avaliar é menos polissêmico: consiste em classificar os alunos, aplicar provas para obter informações a partir das quais atribuirão classificações.

Histórico da Avaliação

As formas de conceber e praticar a avaliação, têm a ver com: a evolução das funções que a instituição educativa cumpre na sociedade e no mercado de trabalho; as posições que se adotem sobre a validade do conhecimento que se transmite; as concepções que se tenham da natureza dos alunos e da aprendizagem; a estruturação do sistema escolar, já que serve à sua organização; a despersonalização da relação pedagógica provocada pela massificação, que leva a uma perda de conhecimento direto entre professores e

I

Capítulo

O QUE SE ENTENDE POR AVALIAR

Cobra-se muito dos professores quando se fala em avaliação, às vezes o espaço escolar não oferece condições para a realização de uma avaliação formativa. A avaliação deve servir para informar alunos, pais e professores sobre os progressos alcançados e não simplesmente para evidenciar os erros e as dificuldades do educando. A avaliação para ser formadora deve partir do pressuposto do que realmente foi ensinado em sala. O professor deve agir com responsabilidade e estabelecer critérios de avaliação que atenda as diferenças da turma, seguindo os critérios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar que ele atua.

No terceiro capítulo discorre sobre meta avaliação que consiste na avaliação da avaliação com o objetivo de ter uma avaliação de qualidade. Em geral a avaliação tem sido usada para aprovar ou reprovar o aluno e não com o objetivo de superação do erro do aluno oferecendo-lhe oportunidades para melhorá-lo diante de suas dificuldades. Todos os alunos têm direito a recuperação e estudos tendo que ser parte integrante do trabalho escolar em que se aprendam os conteúdos necessários ao desenvolvimento das atividades subseqüentes. A avaliação deve acontecer em momentos isolados ela deve ser contínua, mas infelizmente isso não acontece em todas unidades escolares. De nada adianta fazer a avaliação depois do programa esgotado como é o que caso do professor que vai ter oportunidade de recuperar o aluno que não conseguiu assimilar as idéias (conteúdo) passado pelo professor. Se a avaliação existe para apoiar a aprendizagem e esta é alcançada é natural que ele juntamente com o professor avalie o seu progresso, auxiliando o professor a planejar futuros conteúdos a serem ministrados. Para conceber a avaliação sugere-se que seja feito um portfólio (pasta avaliativa) onde vai estar contida todas as informações sobre o aluno atividades realizadas por ele, a auto-avaliação pelo aluno é procedimento fundamental no processo de avaliar. No que diz respeito da forma esperada que aconteça a avaliação está bem distante da prática ficando mais no plano teórico.

Este trabalho tem como objetivo mostrar os vários conceitos de avaliação existentes e as suas diferentes formas de concebê-la, como é um assunto muito amplo, será discorrido melhor sobre a avaliação no processo ensino aprendizagem e foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo o que se entende por avaliar, refere-se sobre a avaliação, os mais variados conceitos existentes, mostrando que para avaliar não deve ser avaliado o aluno para classificá-los e sim tem que ser avaliado toda a estrutura escolar: professores, materiais didáticos oferecidos aos alunos. A avaliação é usada na China desde o século II (a.C) com a função de selecionar funcionários. Hoje a avaliação mais compreensiva, com objetivos mais variados, com diferentes metodologias e técnicas, com a visão de melhorar o aluno e não destruí-lo em forma de reprovação. A avaliação deve ser contínua para que seja formativa, propiciando aos alunos a superação do erro. Através da avaliação elaborada pelo professor para os alunos, o professor também deve fazer uma auto-avaliação, aproveitando para melhorar a sua conduta diante dos alunos, assim corrigindo os seus erros, para propiciar uma melhor aprendizagem para seus alunos.

O segundo capítulo versa sobre as funções da avaliação referindo que nem todos têm as mesmas habilidades, a mesma estrutura social, as mesmas oportunidades. É a partir das diferenças que os professores devem selecionar os conteúdos para que auxiliem os alunos, desenvolvendo suas potencialidades. Se as pessoas não são iguais, porque devem ser avaliados da mesma forma. É através desse conceito que a avaliação se tornou um dos assuntos mais polêmicos e um dos grandes desafios da educação. Mas, apesar de todas essas dificuldades ela não é algo inatingível.

INTRODUÇÃO

| | |
|-----------------|----|
| Introdução..... | 01 |
|-----------------|----|

Capítulo I

| | |
|-----------------------------------|----|
| O que se Entende por Avaliar..... | 04 |
| Histórico da Avaliação..... | 04 |

Capítulo II

| | |
|--|----|
| Funções da Avaliação..... | 11 |
| Instrumentos e Procedimentos de Avaliação..... | 18 |
| Análise de Resultados..... | 20 |
| Estratégias de Recuperação..... | 20 |
| Formas de Registro..... | 21 |
| Competências do Conselho..... | 21 |

Capítulo III

| | |
|---------------------------------|----|
| Meta Avaliação..... | 23 |
| Conclusão..... | 37 |
| Referências Bibliográficas..... | 40 |

SUMÁRIO

Hélia da Penha Fernandes

Avaliação e Desempenho Escolar

Monografia defendida e aprovada, no dia 08 de dezembro de 2003, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos
Orientador


Rogério Vieira Jacinto
Professor

A Deus, que sempre está presente, me ajudando a vencer.

À minha filha que é a razão do meu viver.

A meus pais que muito contribuíram para a concretização deste sonho.

E aos meus professores que me ajudaram a galgar a escada do conhecimento.



“A escola não é um tribunal de julgamentos nem de inquisição, mas sim um templo de ensino”.

— Carlos A. Resende —

HÉLIA DA PENHA FERNANDES



AVALIAÇÃO E DESEMPENHO ESCOLAR

Trabalho apresentado a FACER como exigência parcial da Disciplina Dissertação Filosófica II, para fins avaliativos do professor Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

RUBIATABA---2003

S. 30706

| | |
|-----------|---------------|
| Tombo nº | 8463 |
| Classif.: | |
| Ex.: | 1..... |
| | |
| | |
| Origem: | d..... |
| Data: | 19-03-04..... |

HÉLIA DA PENHA FERNANDES

AVALIAÇÃO E DESEMPENHO ESCOLAR

RUBIATABA---2003